

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2007, das 9:00 às 13:00 hs, estiveram reunidos no auditório do Show Rom, no município de Jaguaribara, os representantes das instituições membros deste comitê, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I) Abertura/Informes; II) Discutir a proposta de formação da comissão gestora do Açude Público do Riacho do Sangue (Solonópole); III) Avaliar o processo de execução das oficinas municipais do projeto de ação complementar; IV) Definir as ações prioritárias para o ano de 2007, baseadas no Planejamento Estratégico; V) Encaminhamentos. O Presidente do comitê, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, representante da Câmara Municipal de Solonópole, não pôde se fazer presente, pois o mesmo se encontrava em Fortaleza, participando de um seminário de presidentes de câmaras municipais do Estado do Ceará. Por isso, a reunião foi aberta pelo Secretário Geral do CSBH Médio Jaguaribe, Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Iracema, dando boas vindas, desejando bom trabalho a todos e agradecendo a presença do Sr. Ubirajara Patrício, gerente de gestão interino da COGERH, onde expressou o seu desejo e torcida para que o mesmo seja efetivado neste cargo. Em seguida, o Sr. Marcos André Lima da Cunha, Técnico do Núcleo de Gestão da COGERH de Limoeiro do Norte, leu a pauta do dia e sugeriu a inversão dos assuntos a serem discutidos, ficando os outros pontos da pauta para o final e tendo início com o planejamento. Sugestão acatada pela plenária. Como informes, o técnico da COGERH comunicou que o novo secretário dos Recursos Hídricos é o Sr. César Augusto Pinheiro. Já o indicado para presidente da companhia é o Sr. Francisco José Coelho Teixeira. E, ratificando a informação anterior do Sr. Lurivan, anunciou que o Sr. Ubiraja Patrício estava respondendo interinamente pela Gerência de Gestão, em virtude da exoneração do Sr. Marcelo Colares. Além disso, apresentou a Sra. Ana Christine, Técnica da Gerência de gestão da COGERH, de Fortaleza, e destacou que as mudanças dos novos diretores estão ocorrendo aos poucos, mas, acredita que no máximo até o final de fevereiro tenha sido finalizadas essas nomeações. Dando prosseguimento, seguiu-se para a elaboração do planejamento, onde o Sr. Marcos André disse existir um Planejamento Estratégico, realizado em 2004, e que os novos membros do comitê não conhecem, mas que será enviado para os recém chegados ao colegiado. Sugeriu que a programação do ano possa ser elaborada tomando por base este planejamento. A sugestão foi aceita e ele fez uma apresentação do mesmo, analisando o que já foi colocado em prática e o que ainda falta ser realizado, e solicitou que caso surjam novas sugestões, serão levadas em consideração. Com relação ao detalhamento das ações básicas, relativo a estrutura mínima de funcionamento do comitê, alguns itens já existem, como sala, computador, e-mail, internet, material de expediente, telefone-fax, auxiliar administrativo e correspondência mensal, sendo que esta estrutura é da COGERH, onde é compartilhada entre o Núcleo de Gestão da Companhia e a secretaria do comitê. No entanto, um item desta estrutura mínima não foi executado, trata-se da utilização de um celular pelo presidente do comitê, onde haveria um controle e as ligações seria apenas para os membros do comitê. Segundo o Sr. Marcos André, essa necessidade seria difícil de ser atendida, visto que até para os gerentes da COGERH foi demorado o fornecimento deste aparelho telefônico. Quanto às reuniões ordinárias, elas são realizadas de acordo com o proposto, sendo quatro por ano. Já com relação ao deslocamento e hospedagem para quem não tem custeio da sua instituição para estas atividades, ainda não foi possível ser atendido. No entanto, a COGERH financia as despesas dos membros de comitês para os encontros estaduais, regionais, nacionais e reuniões do grupo de articuladores, desde que estes estejam inseridos no segmento sociedade civil ou usuários de água, isto é, a sua entidade não tenha condição de realizar esse custeio. O Sr. Lurivan sugeriu que o financiamento para o deslocamento dos membros às reuniões do colegiado fosse realizado, principalmente para aqueles que não têm condição para isso. Além disso, propôs que o comitê tenha uma sede própria, no município de Jaguaribara. Em resposta, o Sr. Ubirajara informou que foi feito um projeto, com o objetivo de contratar uma empresa que proporcionasse o serviço de transporte terrestre dos membros dos comitês até os locais das respectivas reuniões, onde o valor do contrato seria de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), porém,

nenhuma empresa se interessou em participar. Desta forma, está sendo feita uma nova proposta com a elevação do preço para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), tornando o valor mais atrativo para as empresas, e conseqüentemente, despertar o interesse das mesmas. O Sr. Lurivan perguntou se essa quantia é para todos os comitês do Estado ou será para cada colegiado, sendo confirmada pelo Sr. Ubirajara que é para ser dividido entre todos. O Sr. Marcos André relatou que agora, com esse novo valor, é torcer para que alguma empresa se disponibilize a realizar estas viagens. Além disso, expôs que o custeio para algumas atividades, como reuniões do grupo de articuladores, encontros estaduais, regionais e nacionais deveriam ser garantido o financiamento das despesas, independente de qual instituição faça parte o representante, pois o mesmo está a serviço do comitê e não de sua instituição de origem. Quanto a infra-estrutura para as reuniões e a alimentação todos concordaram que estão satisfatórios nos moldes atuais. Ainda com relação a deslocamentos, foi colocado que no Planejamento Estratégico estavam propostos os seguintes financiamentos para membros da diretoria: uma viagem para representar o comitê no Fórum Nacional; seis viagens para as reuniões estaduais e quatro viagens para participação em resolução de conflitos. O Sr. Lurivan, discorda que apenas os membros da diretoria tenham este custeio assegurado para participar do Fórum Nacional, achando ele que a escolha deste representante deve ser mais democrática, sendo feita pela própria plenária. Já o Sr. José Jerônimo de Oliveira, representante do IRDSS, de Tabuleiro do Norte, sugere que sejam destinadas duas vagas para este evento, sendo uma para a diretoria e outra escolhida pela plenária. Posteriormente, foram colocadas as ações definidas para o processo de renovação do comitê, no entanto, esta ação não será realizada neste ano, pois o colegiado já realizou sua renovação em 2006. Dando continuidade, discutiu-se a questão da alocação negociada de água, com a proposta de deslocamento dos membros para os treze açudes da Sub-Bacia e a infra-estrutura de alimentação para os participantes. Com relação a essa participação, o Sr. Marcos André disse que, em virtude da dificuldade dos membros do comitê de toda a Sub-Bacia se deslocar para essas reuniões, à forma realizada atualmente é a participação dos membros do comitê de uma determinada cidade somente quando às reuniões é no seu município de origem. Entretanto, esse método pode ser revisto, sendo sugerido que seja criada uma comissão para acompanhar essas atividades, principalmente para casos especiais, como conflitos, onde a comissão gestora daquele açude não consiga resolver a questão. Desta forma, tornaria mais fácil a viabilidade de custeio para deslocamento e alimentação para esta comissão. O Sr. Abdias Monteiro Filho, representante da EMATERCE, de Jaguaribe, relatou que essa questão do financiamento para deslocamento de membros não está clara. E foi explicado que a empresa a ser contratada para o serviço de deslocamento ficaria responsável pelo traslado dos membros do comitê de todas as áreas da Sub-Bacia até o local do evento, ficando a cargo da mesma a articulação com demais meios de locomoção daquela região, seja ônibus, topics, táxis, mototaxis etc, para o deslocamento destas pessoas. Já com relação a recursos financeiros para o ano de 2007, o Sr. Marcos André explicou que no ano passado o Sr. Marcelo Colares, Gerente de Gestão na época, reuniu os presidentes dos comitês para planejar o orçamento deste ano, ficando aprovado para o CSBH Médio Jaguaribe, algo em torno de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) à 30.000,00 (trinta mil reais). Contudo, esse orçamento ainda vai ser apreciado pelo novo presidente da COGERH, Sr. Teixeira, acreditando ele, que não haverá empecilhos para a aprovação deste recurso. Portanto, se o comitê elaborar um cronograma que vá além do orçamento, cabe ao colegiado negociar com a direção da COGERH ou buscar parcerias. Em seguida, entrou-se na questão das capacitações para os membros do comitê, onde o Sr. Marcos André informou que no orçamento há recursos para duas capacitações. Na oportunidade, aproveitou para enfatizar a importância de se utilizar de forma proveitosa esse recurso, não podendo haver desperdícios. Estas colocações deveram-se ao fato da não realização da capacitação básica deste comitê, em setembro do ano passado, devido a falta de quorum, onde foi gasta uma elevada quantia com hotel e restaurante, mas compareceram somente três pessoas. Ele destacou que episódios como esse não pode se repetir. No que diz respeito ao Encontro Estadual de Comitês de Bacias, foi lembrado que este evento que estava programado para o ano passado, não ocorreu. Perguntado ao Sr. Ubirajara qual a expectativa para a execução do mesmo neste ano, ele falou que não há nenhum encaminhamento sobre este evento, devendo aguardar um posicionamento

da empresa acerca do assunto, ressaltando que a Secretaria dos Recursos Hídricos é quem estava na organização deste encontro. Dando continuidade, o Sr. Marcos André relatou sobre a elaboração e divulgação de material didático voltado para a gestão de Recursos Hídricos, geral e específica, da Bacia e firmar convênios e parcerias com os meios de comunicação e instituições com atuação na Bacia, para divulgar as ações do comitê. Com relação a isso, ele falou que no ano passado surgiu a informação de que a Gerência de Gestão estava produzindo um kit, contendo material informativo dos comitês para serem distribuídos pelos membros dos colegiados. Contudo, o Sr. Ubirajara explicou que ainda não conhece este material, mas deve ser bem restrito, por conter informações gerais de todas as bacias, acreditando ele, que mesmo com esse kit sendo trabalhado, não impede que os comitês elaborem um material mais aprofundado e específico da sua sub-bacia. Já o Sr. Marcos André, argumentou que outra estratégia de comunicação que pode ser utilizada é a disseminação da página da web para os membros do comitê. Finalizando as propostas foi exposto as ações que seriam desenvolvidas através de projetos complementares as ações básicas, estando elas divididas em nove pontos, sendo eles: 1 – Realizar visitas institucionais para reavaliar a participação dos membros, identificando os principais entraves; 2 – Construir uma agenda comum de interesse de todos os membros e delegar responsabilidade (visitar as 13 prefeituras que compõem a sub-bacia); 3 – Realizar um seminário de capacitação para o múltiplo uso da água do Médio Jaguaribe; 4 – Definir em cada um dos treze municípios da região, uma instituição parceira como ponto de apoio (divulgação, fiscalização, monitoramento, etc.); 5 – Realizar concursos nas escolas dos municípios da Bacia, sobre trabalhos em Recursos Hídricos (redações, pesquisas, etc.) durante a Semana da Água; 6 – Firmar parcerias com as diversas instituições afins para atuação na bacia; 7 – Realizar um encontro estadual para integração dos comitês; 8 – Capacitação sobre o Plano da Bacia; 9 – Levar a educação ambiental para as salas de aula. Porém, os recursos destinados para a execução destas ações era de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor insuficiente para se pôr em prática todas elas. Desta forma, foi feita uma aglutinação das nove ações em uma única, resultando no projeto de ação complementar deste colegiado, intitulado: Oficinas Municipais – Fortalecendo a base do comitê para a gestão dos recursos hídricos. Terminada esta apresentação, partiu-se para definir as atividades a serem realizadas no ano de 2007. A Sra. Ana Christine informou que no Seminário de Planejamento do CSBH Banabuiú foi sugerido a criação de um projeto para o comitê que tivesse a cara da sub-bacia, ou seja, que haja uma identificação do trabalho a ser realizado com a realidade da região. E, no que se refere aos recursos destinados para as duas capacitações, naquele comitê foi acordado a realização de somente uma capacitação, enquanto que os recursos da outra seria utilizado para financiar a ida de um representante daquele colegiado para o Encontro da Sociedade Civil dos Comitês de Bacias. Logo, ela propôs que isso fosse feito, também, no comitê do Médio Jaguaribe, tendo em vista que duas capacitações corre-se o risco de acontecerem fatos como o já verificado no Médio Jaguaribe, falta de quorum e a não realização do evento, resultando no gasto do recurso sem retorno. Posteriormente, foi acordado que, com relação à estrutura mínima, durante o ano de 2007, o comitê trabalhará pela instalação de uma sede própria no município de Jaguaribara. Quanto as reuniões ordinárias, elas ficaram agendadas da seguinte forma: 1ª Reunião – dia 30 de março; 2ª Reunião – em junho, com data a ser definida, pois esta será realizada na tarde do dia do Seminário de Planejamento e Alocação das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú; 3ª Reunião – 28 de setembro; 4ª Reunião – dia 14 de dezembro. Lembrando que todas elas ocorrerão em Jaguaribara. Com relação à capacitação, ficou decidido que haverá duas: a primeira no mês de abril, com data a ser definida, na área de elaboração de projetos e a segunda com data e tema a serem definidos. Já para o mês de março, foi acordado que será lançado um informativo do comitê, sendo que este ficará sendo elaborado trimestralmente. Outro encaminhamento, agora mensal, é o repasse aos membros do comitê do boletim de monitoramento quantitativo e qualitativo dos açudes da sub-bacia, realizado pela CAGECE e SEMACE. Além disso, será feito um contato com a direção do CSBH Baixo Jaguaribe para discutir parceria na utilização da Cartilha das Águas do Baixo Jaguaribe. Finalizando essa programação, foi divulgada a realização das reuniões das alocações dos açudes isolados, sendo estes no período de junho à dezembro, com datas a serem definidas e a previsão de eventos de intercâmbio, como os encontros nacional, regional e estadual, com datas a

serem definidas posteriormente, em virtude deste eventos serem organizados por outros órgãos. Concluída esta programação, seguiu-se para o próximo ponto da pauta, que tratava da avaliação do processo de execução das oficinas municipais do projeto de ação complementar do comitê. O Sr. Jerônimo fez uma apresentação, relatando sobre as oficinas, tendo sido já realizadas nos municípios de Pereiro (16 de janeiro); Ererê (17 de janeiro); Iracema e Potiretama (18 de janeiro); Alto Santo (19 de janeiro); Jaguaretama (22 de janeiro); Milhã (23 de janeiro); Solonópole (24 de janeiro) e Dep. Irapuan Pinheiro (25 de janeiro), o material utilizado e os fatos detectados. Citou que no município de Pereiro, descobriram que a população está utilizando água sem tratamento e a existência de currais e outros tipos de criações nas margens dos reservatórios. Além disso, foi verificado que a água dos poços são salobras e a diminuição ou seca dos açudes em períodos de estiagem. Ele avaliou as oficinas como positivas, não tanto pela quantidade de pessoas, ficando abaixo da expectativa, porém devido a presença maciça de diversos órgãos de interesse na área dos recursos hídricos, como associações, SAAEs, CAGECEs, Câmaras Municipais e Prefeituras. Ressaltou que, em todos os municípios os presidentes de Câmaras estiveram presentes, além dos vereadores e na cidade de Jaguaretama, o próprio prefeito participou do evento. Informou a frequência em cada oficina, destacando que no município de Iracema não foi possível a realização, por haver poucos participantes, ficando esta adiada para outra data, a ser agendada posteriormente. Comunicou, ainda, que na agenda das oficinas estava programada, ainda, a realização nos seguintes municípios: Jaguaribe (29 de janeiro); Jaguaribara (30 de janeiro); São João do Jaguaribe (31 de janeiro) e Tabuleiro do Norte (01 de fevereiro). Entretanto, ele expôs que não será possível a execução destas últimas oficinas, devido à segunda parcela do recurso não ter sido liberada e a previsão para isso será apenas no final de fevereiro ou início de março, colocando que já está utilizando recursos próprios para realizar algumas ações, esperando ser ressarcido, posteriormente, pelo Estado. O Sr. Marcos André informou a todos a respeito deste problema da liberação dos recursos, relatando que se deve ao processo de mudança de governo, onde foi decretada, pelo novo administrador, a paralisação provisória de todos os convênios e contratos do Estado. Destacando que em situação pior está o projeto do Comitê do Baixo Jaguaribe que nem a primeira parcela foi liberada. Finalizando, o Sr. Jerônimo disse que o resultado positivo deste projeto dependerá do empenho dos participantes em cada município, com a multiplicação das idéias trabalhadas. O Sr. Marcos André perguntou se ao final das oficinas estavam sendo formadas às comissões municipais, como previa o projeto. O Sr. Jerônimo falou que não, pois em algumas cidades os participantes não queriam nem ouvir falar no nome da COGERH. Quanto à avaliação geral das ações, ele argumentou que, somente após a realização das oficinas nos últimos cinco municípios, é que se poderá ter um diagnóstico aprofundado sobre o resultado do projeto. Em seguida, partiu-se para o último ponto de pauta, discutir a proposta de formação da comissão gestora do Açude Público do Riacho do Sangue (Solonópole), onde o Sr. Marcos André explicou que o comitê havia recebido um ofício do dia oito de dezembro de 2006, do MAC – Movimento de Ação Comunitária, de Solonópole, onde o seu presidente, Antônio Guedes de Souza, solicitava que fosse encaminhado ao DNOCS, na pessoa do Sr. João Lúcio, para que o mesmo possa incluir o Açude Público do Riacho do Sangue para a formação da comissão gestora e iniciar as discussões de cursos e capacitação para a implantação de projetos de aquicultura e irrigação, tendo em vista as potencialidades existentes. O Sr. André Leitão Mavignier, representante do DNOCS, comunicou que há uma previsão para a formação de comissões gestoras em todos os reservatórios do Estado e o que pode ser feito é acelerar esse processo no referido açude. Já o Sr. Lurivan, sugeriu que a proposta fosse encaminhada ao DNOCS. Sugestão acatada por todos. Finalizando o seminário, o Sr. José Daciso Maia de Sousa, Vice-Presidente do comitê agradeceu a presença de todos e solicitou que os membros do comitê possam contribuir na execução das ações a serem realizadas pelo colegiado em 2007. Nada mais havendo a se tratar e dando-se por concluída esta reunião, eu, Vandebergue Martins Chaves, Secretário Administrativo do comitê, declaro encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH Médio Jaguaribe.